

ATA DA 116ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO OBRAS – SPObras

Aos trinta dias do mês de abril de 2020, às 9 horas, foi realizada de forma virtual, em função das medidas restritivas implementadas pelos Governos Estadual e Municipal para combate à pandemia causada pelo COVID-19, a 116ª reunião do Conselho Fiscal, com a participação dos conselheiros fiscais titulares, Sr. Marcos Scarpi Costa, Sra. Marcia Regina Moralez, Sr. Thiago Rubio Salvioni, Sr. Sergio Cordeiro de Andrade, Sr. Renato Cardoso Gomes Cintra de Souza, e os representantes da SPObras, Sr. Ronaldo do Prado Farias, Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Adão Borges Vasconcelos, Gerente Financeiro, Sra. Patricia Rocha, Analista de Administração.

Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação dos seguintes itens da pauta:

Item 1. Aprovação da Ata da 115ª Reunião:

A Ata da 115ª Reunião do Conselho Fiscal da SPObras realizada em vinte e seis de março de 2020, encaminhada previamente, foi aprovada por unanimidade, a qual será posteriormente assinada.

Item 2. Acompanhamento do Orçamento Empresarial – março/2020:

Foi encaminhado previamente o Fluxo de Caixa realizado de março/2020 e os valores mensais previstos para o exercício em curso. Na apresentação, o Sr. Adão Vasconcelos destacou alguns pontos relevantes nos quadros: nas entradas, os recebimentos de receitas registrados até o mês de abril são provenientes dos serviços executados em 2019, sendo os serviços de 2020 previstos a partir de maio; e ainda, que houve revisão nas receitas provenientes dos projetos com recursos do FUNDURB, em especial a nova Ligação Pirituba-Lapa; nas saídas, no mês de março foi realizado o valor previsto de despesas de pessoal retroativos desde maio/2019, em função de cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho.

Item 4. Aprovação das Demonstrações Contábeis – 1º trimestre/2020:

Foi apresentado o resultado contábil do primeiro trimestre do exercício, que no período apurou um prejuízo de R\$6.726 mil; registrou no Patrimônio Líquido o valor de R\$16.757 mil, superior 109% em relação ao mesmo período no ano anterior e encerrou com saldo de R\$22.593 mil em seu disponível. Quanto à apresentação do resultado negativo no primeiro trimestre, o Sr. Adão destacou que historicamente é comum, já que no período os faturamentos ocorridos se

tratam de serviços prestados, e já reconhecidos, no exercício anterior. Além disso, para os serviços do ano, é preciso aguardar o empenhamento de recursos correspondentes. Os detalhes constam nos Balancetes e Demonstração de Resultado do mês de janeiro a março/2020, encaminhados previamente aos Senhores Conselheiros. Não havendo manifestações contrárias, as contas foram aprovadas pelos membros do Conselho Fiscal.

Item 4. Plano de Trabalho do Conselho Fiscal:

São tópicos do plano de trabalho para a reunião: 1) Situação geral das contas; 2) Certidões negativas de débitos; 3) Análise do Fluxo de Caixa mensal e projeção anual; 4) Acompanhar as Atas das Reuniões da Diretoria e Conselho de Administração; 5) Acompanhar e solicitar que o SADIN - Sistema de Acompanhamento da Administração Indireta seja devidamente preenchido em conformidade com a Lei 13.303/2016, Decreto 53.916/2013, Lei de Transparência LC 131/2009, e Portaria SF nº 266/2016. Para atendimento aos tópicos 1 ao 4 do plano de trabalho, o material foi previamente encaminhado aos Senhores Conselheiros. Quanto ao tópico 5, na apresentação foram relacionados os documentos produzidos pelas diversas áreas da empresa para envio ao SADIN, em especial pela Diretoria Administrativa e Financeira, além das demais publicações, em observância à regulamentação legal indicada no Plano de Trabalho.

Item 5. Assuntos Gerais:

A conselheira Sra. Marcia Moralez, com a concordância dos demais, solicitou informação da empresa se a situação de emergência e o estado de calamidade pública decorrentes da Covid-19 têm afetado ou pode vir a afetar as suas operações, e ainda, se já tem algum cenário a respeito, considerando a imprevisibilidade de retorno à normalidade, e eventuais alterações em decorrência dessa situação. O diretor Sr. Ronaldo Farias se pronunciou em esclarecimento à questão: 1) Até o momento a empresa não foi diretamente afetada pela situação de emergência decorrente da Covid-19; com a exceção das atividades hoje estarem ocorrendo em sua grande parte pela via remota, através do sistema home-office, todas as operações da empresa estão ocorrendo dentro da normalidade, inclusive as obras; também não registrou nenhum caso confirmado da doença junto aos colaboradores e terceirizados que prestam serviços diretamente para a empresa; 2) Foram solicitados pedidos de carência no pagamento tanto da outorga quanto da taxa de fiscalização das concessionárias JC Decoux e Ótima, tendo em vista que elas tiveram uma abrupta queda de faturamento em decorrência das determinações do governo para que as pessoas fiquem em casa, vez que a publicidade delas

fica exatamente onde as pessoas não devem estar; provavelmente comprovarão a queda do faturamento e com isso a SPObras terá que melhor analisar o pleito delas; se for deferida a carência no pagamento, a empresa terá esta redução de receita por um período de aproximadamente três meses, porém ainda é incerto. Na sequência, participou ao demais outra questão, que indiretamente também decorre da COVID-19, a necessidade premente de recursos da Prefeitura para dar conta das demandas de saúde. Isso foi determinante para que a Junta Orçamentário-Financeira – JOF decidisse que a integralidade da reserva de lucros da empresa, no valor de R\$ 14.054.082,09, que constam na DMPL em 31.12.2019, fosse destinada ao pagamento de dividendos aos sócios quotistas, onde a majoritária é a PMSP. Diante disso, a empresa optou por levar tal informação à reunião do Conselho de Administração, ocorrida na data de ontem, 28/04/2020, expondo ao mesmo que tal decisão da JOF certamente colocará em dificuldade o caixa da empresa, pois existe grande possibilidade de queda de receitas, considerando: a) o pleito das concessionárias de carência de 80% do valor do pagamento da outorga e da taxa de fiscalização por três meses, com a recomposição destes valores somente para o próximo ano; e b) determinação judicial de suspensão de nossa principal fonte de receita, obras do empreendimento Nova Ligação Viária Pirituba - Lapa, decisão esta que está em fase de recursos, mas que se for mantida, trará forte redução nas receitas. Com isso, foi solicitado ao DECAP/COGEAI que levasse essas informações para JOF, bem como o pleito de revisão da decisão de distribuição de dividendos neste exercício, ou para que a distribuição seja limitada a valor que não acarrete prejuízo ao fluxo de caixa da empresa, descartando assim a necessidade de futuro aporte de recursos por parte das controladoras. A seguir, o presidente do conselho, Sr. Marcos Scarpi, indagou se houve alguma manifestação do Conselho de Administração a respeito da distribuição de dividendos. Respondendo à questão, o Sr. Diretor informou que houve sim manifestação, com orientação no sentido da empresa expor os fatos e pleitear a revisão da decisão de JOF; finalizando destacou que a empresa já tomou as providências, acatando ao que foi orientado.

Ao final da apreciação dos assuntos constantes da pauta, os Conselheiros agradeceram aos esclarecimentos prestados, e nada mais havendo a ser tratado o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.

Marcos Scarpi Costa
Conselheiro Titular - Presidente

Marcia Regina Moralez
Conselheira Titular



Thiago Rubio Salvioni
Conselheiro Titular

Sergio Cordeiro de Andrade
Conselheiro Titular

Renato Cardoso Gomes Cintra de Souza
Conselheiro Titular - Eleito

Ronaldo do Prado Farias
Diretor Administrativo e Financeiro

Adão Borges Vasconcelos
Gerente Financeiro

Patricia Rocha
Analista de Administração